

FATORES DE INFLUÊNCIA NA ADOÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS POR ORGANIZAÇÕES DOS TRÊS SETORES¹

João Henriques de Sousa Júnior²

Tassio Ferreira da Silva³

Daniel Angelo Almeida dos Santos⁴

Elton Rodolfo Assunção da Silva⁵

Bianca Gabriely Ferreira Silva⁶

Miriam Leite Farias⁷

RESUMO

A questão da problemática ambiental é um tema atual e de vivência mundial, por este motivo a adoção de políticas ambientais sustentáveis é de suma importância para o desenvolvimento global, com impacto em todas as esferas sociais. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam na adoção de políticas sustentáveis por organizações dos três setores (público, privado e não governamental) atuantes no município de Caruaru/PE. Os dados primários foram obtidos a partir de revisão bibliográfica, onde foram identificados os fatores, os quais, posteriormente, a partir da aplicação de entrevistas com representantes de três organizações, foram analisados à luz da metodologia qualitativa. Foi possível concluir que os fatores que mais influenciam na adoção deste tipo de políticas no município referem-se às regulamentações, disponibilidade financeira e tendência do mercado, além da pressão da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas ambientais; Sustentabilidade; Organizações; Caruaru.

ABSTRACT

The question of environmental concerns is a current topic and world experience, for this reason the adoption of sustainable environmental policies is of paramount importance for the global development with impact on all walks of life. Given the above, this study aims to analyze the factors that influence the adoption of sustainable policies by organizations of the three sectors (public, private and non-governmental) working in the municipality of Caruaru/PE. The primary data were obtained from literature review, where the factors were identified, which, later, from

¹ Recebido em 20/10/2016.

² Universidade Federal de Pernambuco. sousajunioreu@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco. tassioferreirasilva@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Pernambuco. daniel.dsantos@hotmail.com

⁵ Universidade Federal de Pernambuco. elton.ras@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Pernambuco. biianca_ferreira@hotmail.com

⁷ Universidade Federal de Pernambuco. miriamlfarias@gmail.com

the application of interviews with representatives of three organizations were analyzed based on qualitative methodology. It was concluded that the factors that most influence the adoption of such policies in the municipality refer to regulations, financial availability and market trends, as well as peer pressure.

KEYWORDS: Environmental policy; Sustainability; Organizations; Caruaru.

INTRODUÇÃO

O aumento significativo da discussão, por parte da sociedade atual, sobre o futuro e a qualidade da vida, evidencia que a preocupação ambiental é uma exigência desta sociedade, cada vez mais atuante e reivindicadora de seus direitos (DONAIRE, 2009). A crescente influência da sociedade civil organizada e dos *stakeholders*, pressiona constantemente as organizações a fim de que tomem posições cada vez mais responsáveis e, desta forma, o processo de administrar organizações não poderia continuar imune à influência ambientalista (SOUZA, 2002).

Cada vez mais as organizações atentam para questões que não são apenas técnicas ou econômicas, mas que podem ser de campos bem mais abrangentes, como, a defesa do consumidor, o controle do impacto ambiental, a preocupação com a qualidade ou riscos que seus produtos podem oferecer, entre outras de aspecto político-social (BUCHHOLZ, 1989). As principais consequências desta busca por excelência ambiental, que podem representar objetivos organizacionais ou mesmo ocorrer imprevisivelmente, são a melhoria da imagem institucional, melhoria do desempenho ambiental e o aproveitamento das oportunidades de negócio (NARDELLI, 1999).

As empresas, que antes se importavam apenas com a resolução de problemas econômicos básicos, como a escolha do produto, do método de produção do mesmo e do público de interesse, vêm encarando o surgimento de novas, e necessárias, funções para melhor entender e adaptar-se às alterações do ambiente em que atuam (DONAIRE, 2009). Principalmente por que, como estudos de mercado mostraram há desde décadas atrás, há uma preferência por parte dos consumidores por empresas baseadas em valores ambientais (ABREU, 2001). Então, como fruto desta descoberta, a questão ambiental consagrou-se no mundo

empresarial como uma questão mercadológica, competitiva e estratégica (SOUZA, 2002).

Por outro lado, a demanda por ações ambientais, que se apresenta como uma avalanche de cobranças ao governo, cresce em uma velocidade maior do que a gestão pública consegue acompanhar. De acordo com a Constituição Federal, o Poder Público é o responsável por ordenar as atividades do homem, que, historicamente, manipula e direciona os fenômenos naturais para que se perpetue socialmente. Assim, o governo trabalha atenuando crises na relação homem-natureza, através do que se chama de gestão ambiental pública (SANCHES, 2000).

As organizações públicas, que por vários motivos são ineficazes ao responder à demanda por uma gestão de políticas ambientais eficaz, estão dando lugar a alternativas que possam resolver o impasse do setor público. Aparece no cenário então, o terceiro setor, que tem o trunfo de ser um espaço institucional em que há lugar para todos, de materializar a realidade intersetorial (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2003).

Com a breve apresentação da abordagem de organizações de cada setor, fica nítido que, cada vez mais, as organizações devem destacar a questão ambiental frente a outros fatores, em seu planejamento estratégico e no processo de tomada de decisões. As organizações devem compreender que a excelência ambiental é fruto de um planejamento correto aliado a uma postura responsável de respeito à questão ambiental (DONAIRE, 2009). O presente trabalho apresenta uma análise de políticas ambientais iniciando por conhecer como são influentes os fatores mais determinantes (ALPERSTEDT; QUINTELLA; SOUZA, 2010) à estratégia de Gestão Ambiental no desenvolvimento de uma política ambiental, buscando entender como cada tipo de organizações identifica o grau de importância destes fatores, quando da criação e desenvolvimento de uma política ambiental. A necessidade de se estudar a temática ambiental fica mais urgente quando percebemos os recursos naturais como sendo um estoque que deve ser economizado e bem administrado (SALIH, 2003), evitando que inclusive no processo de produção, haja afetação dos ciclos ecológicos, quebrando sua estabilidade (KRAEMER, 2006).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os principais conceitos trabalhados nesta pesquisa: política ambiental; primeiro, segundo e terceiro setores; e a relação entre estes três setores e a questão ambiental.

Política Ambiental

A norma NBR Série ISO 14001 define política ambiental como sendo a declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais (NBR, 2015).

Lustosa, Cánepa e Yuong (2003) definem a política ambiental, como um conjunto de metas e instrumentos, que visa reduzir os impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente. Para eles, a política ambiental é necessária para induzir ou forçar os agentes econômicos a adotarem posturas e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, reduzir a quantidade de poluentes lançados no ambiente, e minimizar a degradação dos recursos naturais. A definição citada pelos autores é conservadora, já que os resultados a serem alcançados seriam a diminuição dos impactos e níveis de poluição e degradação, não significando, portanto, uma mudança de paradigma.

Segundo Elkington e Burke (1989), tudo começa com o desenvolvimento de uma política ambiental que deve ser, posteriormente, publicada. Donaire (2009), por sua vez, apresenta dez passos de ordem lógica os quais ele considera necessários para a excelência ambiental. Estes passos descrevem o processo de construção deste tipo de política pública, desde o desenvolvimento e publicação de uma política ambiental, o estabelecimento de metas e continuidade de avaliação dos ganhos, passando pelas etapas de definição das responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo (linha de assessoria), a divulgação da política de forma interna e externa, considerando os objetivos e metas e as responsabilidades, a obtenção de recursos adequados, educação e treinamento do pessoal, além do informe dos consumidores e da comunidade, o acompanhamento da situação ambiental da empresa e realização de auditorias e relatórios, o acompanhamento e evolução da discussão sobre a questão ambiental, a Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 1, n. 3, p. 205-218, set-out, 2016

contribuição para os programas ambientais da comunidade e investimentos em pesquisas e desenvolvimento aplicados à área ambiental, até, finalmente, ajudar na conciliação dos diferentes interesses existentes entre todas as partes envolvidas (empresa, consumidores, comunidade, acionistas, etc).

Grigato e Ribeiro (2006) afirmam que no Brasil, historicamente, tem prevalecido os instrumentos de política ambiental de orientação de comando e controle, privilegiando a adoção de normas, padrões, licenciamento, controle, monitoramento e fiscalização. No entanto, ainda conforme os autores, nos últimos anos, outros instrumentos, estes mais econômicos (referentes a taxas e tarifas, subsídios e certificações) e de comunicação (tais como acordos, sistema de gestão ambiental, selos), estão sendo mais amplamente disseminados entre organizações dos três setores.

Primeiro, Segundo e Terceiro Setor

Serva (1996) afirma que cada setor econômico desempenha um papel na sociedade e, como tal, desenvolve suas atividades segundo uma lógica que lhe é própria e que vai definir uma forma característica de administração e gestão. Assim sendo, o primeiro setor tem uma finalidade, um papel a desempenhar que o caracteriza, e ao mesmo tempo o distingue dos demais. Este setor, o primeiro, trata-se do Estado, constituindo a área da administração pública, na qual se incluem a economia, as finanças públicas e as políticas de governo.

O segundo setor, ainda de acordo com Serva (1996), constitui-se da natureza privada e produtiva de bens e serviços, com finalidade lucrativa. São as empresas e trata-se de um setor constitutivo de uma sociedade capitalista que visa a obtenção de lucro.

Em termos econômicos, o primeiro setor, por definição está reservado às instituições governamentais (em seu mais amplo sentido). O segundo setor refere-se às iniciativas de caráter privado. Nele estão incluídas todas as atividades individuais e das organizações com fins lucrativos (indústria e comércio). O terceiro setor é o conjunto de entidades, de caráter social, que se volta para as lacunas deixadas pelo Governo.

Vários autores discutem o conceito e a natureza das organizações do terceiro setor. Kanitz (2003, p.1) define este setor como sendo “constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm por objetivo gerar serviços de caráter público”. De concepção mais simples, porém, com uma visão mais ampla, Marçon e Escrivão Filho (2001, p.1) veem o terceiro setor como a sociedade civil organizada que visa desenvolver atividades beneficentes, religiosas, sociais, culturais, de conhecimento, filantrópicas. Drucker (1994), por sua vez, define as organizações do terceiro setor como sendo aquelas que não são governamentais, porque, não controlam, nem tampouco legislam, e que também não fornecem bens ou serviços economicamente transacionáveis. Dessa forma, Drucker define ser, este setor, aquele cujo produto “é um ser humano mudado” (DRUCKER, 1994, p.14).

Outros autores, como Salomon (1997), ampliam o conceito das organizações do terceiro setor para outros valores. Segundo Salomon, este setor abriga instituições que congregam um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a autoexpressão, a solidariedade e a ajuda mútua. Salomon, apesar de não explicitar, deixa claro em sua descrição das organizações do terceiro setor que este conceito de organização orienta a sociedade em direção à nova ordem social, isto é, à do pleno florescimento democrático de forma mais útil ao progresso econômico moderno. Essas organizações, segundo Baldrige (1983), caracterizam-se por seus objetivos difusos, sua natureza política, baseada em grupos de interesses, estrutura complexa e grande sensibilidade às forças do ambiente externo.

Os três setores e a questão ambiental

Little (2003) afirma que, dentre as esferas municipal, estadual e federal, os ambientalistas destacam a primeira como sendo a mais adequada para a consecução de políticas ambientais desenvolvidas democraticamente e que apresentam resultados satisfatórios. Primeiro, porque está mais próxima da sociedade, podendo melhor compreender os interesses e as necessidades locais, e depois, por possibilitar uma maior interação entre o cidadão comum e a administração pública, formando uma parceria para o bem do ambiente natural. Em contrapartida, a falta de alianças intermunicipais e de recursos financeiros, ou *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 1, n. 3, p. 205-218, set-out, 2016

mesmo restrições sociais e políticas, fazem com que seja necessário o subsídio das esferas estadual e federal às políticas locais. Como, sozinhos, os municípios não conseguem criar políticas ambientais que compactuem com as das esferas superiores, fica evidente que a falta de interação entre os níveis de governo é o principal motivo do insucesso das políticas ambientais do primeiro setor (LITTLE, 2003).

A despeito da desconfiança de muitos em relação ao interesse ambiental das empresas, há, pelos menos, três motivos que justificam o envolvimento cada vez maior do segundo setor para as questões ambientais: em primeiro lugar, a exigência nacional e internacional é muito maior que a de décadas atrás, exemplo disto é o surgimento da ISO, representada no Brasil pela ABNT; em segundo lugar encontra-se a transformação do público e do mercado em geral, pois os consumidores estão mais conhecedores de seus direitos e isso reflete em um aumento da pressão por responsabilidade social e ambiental por parte da sociedade mobilizada, seja como clientes individuais ou por meio de ONGs; por fim, o terceiro ponto, refere-se à fácil divulgação de informação e maior conhecimento de danos ao meio ambiente e suas consequências, uma vez que falhar no cuidado ambiental reflete diretamente num comprometimento da reputação da empresa.

O terceiro setor surge para suprir as necessidades da sociedade, criadas pelo déficit de ações do poder público, voltadas para as questões de cunho ambiental, social, legal, entre outras. Assumindo, há algumas décadas, o papel de protetor das causas ambientais, as organizações não governamentais o desempenharam melhor que os outros setores. O surgimento das organizações do terceiro setor (OTS) implicou uma nova forma de estruturação da sociedade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar fatores que, teoricamente, influenciam o desempenho de políticas ambientais em organizações, por meio dos fundamentos da abordagem qualitativa, pois possibilita a descrição com maior número de detalhes sobre o tema abordado, a aplicação dessa análise objetivou a interpretação do conteúdo das entrevistas, e das observações, de modo a obter resultados de uma análise real, sem manipulação de resultados.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2006) as pesquisas qualitativas envolvem a coleta de dados utilizando meios que não pretendem medir nem associar as medições a números, tais como observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupos, avaliação de experiências pessoais, inspeção de histórias de vida, análise semântica e de discursos cotidianos, interação com grupos ou comunidades e introspecção.

A coleta de dados secundários se deu por meio de materiais informativos já disponíveis em artigos que abordam o tema, em relatórios de pesquisas anteriores, revistas especializadas, leis e regulamentações ambientais. Após esse primeiro exame do material coletado, que permitiu um entendimento da realidade estudada, partiu-se para a coleta de dados primários por meio de entrevistas junto aos responsáveis pela área ambiental de três organizações, focando os aspectos relacionados ao objetivo da pesquisa. As entrevistas foram realizadas presencialmente.

A população da pesquisa consiste em organizações dos três setores localizadas no município de Caruaru, na região do agreste do estado de Pernambuco, estas as quais denominamos de organizações A, B e C, que representam, respectivamente, organizações do primeiro, segundo e terceiro setor. A escolha dos três setores deu-se em função de tentar fazer uma análise mostrando, além dos fatores que influenciam as organizações, qual ou quais deles são mais relevantes para cada uma das organizações apresentadas.

Os dados coletados foram submetidos aos métodos de análise de conteúdo e análise do discurso. De acordo com Bardin (1977), análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção destas mensagens.

ANÁLISE E RESULTADOS

Os dados obtidos e apresentados a seguir apresentam a caracterização das três organizações pesquisadas, representantes dos três setores, situadas no município de Caruaru, estado de Pernambuco.

A adoção de políticas ambientais faz parte da gestão ambiental das organizações, Nilson (1998) define Gestão ambiental como um processo que envolve planejamento, organização, e orienta a empresa a alcançar metas [ambientais] específicas. Sabendo disso as organizações foram questionadas quanto ao planejamento que fazem para a adoção dessas políticas

“Sabemos a importância do planejamento para que não haja desperdícios do dinheiro, pois ele é público. Então antes de serem tomadas qualquer decisão sobre como ou onde iremos investir recursos para a melhoria do meio ambiente, nós planejamos quais os impactos que o projeto irá ter naquela localidade, naquela situação, se vão haver mais benefícios, e após analisar todos esses pontos é que tomamos nossa decisão” (Organização A).

“A gente acredita que é um dever de qualquer empresa se preocupar com o lugar onde se instala, não apenas em relação ao ambiente natural, mas também com o lado social da comunidade em que ela esteja. Valorizar o meio ambiente é uma coisa que está em nossos valores, a gente procura... assim... formas de oferecer os nossos produtos... de produzir sem causar tanto impacto ao meio ambiente.” (Organização B).

“A gente consegue caminhar nesses dois lados, o de conscientização e o da prática efetiva dessa conscientização (...). Nosso espaço aqui é pequeno, é aí que entra as políticas públicas, né? Aí seriam essas políticas que teria como nos ajudar nesse sentido, em melhorar as condições predial, pra oferecer subsídios básicos para que pudesse ampliar e a gente não tem. Na realidade a gente não tem nenhuma ajuda do serviço público.” (Organização C).

Levando em consideração os estudos feitos por Alperstedt, Quintella e Souza (2010), existem fatores internos que influenciam na implantação das políticas ambientais, e a influência desses fatores varia de acordo com o tamanho das organizações.

“Uma dificuldade que a gente tá tendo é a questão da conscientização, até mesmo de alguns colaboradores da empresa... tem momento que é difícil desenvolver os projetos porque... às vezes falta mais interesse mesmo, engajamento de mais pessoas... acho que esse é o maior fator assim...” (Organização B).

“A falta de dinheiro é o que mais atrapalha, falta de colaboradores. A gente se restringe a Caruaru somente, até porque hoje se você me perguntar o que você tem pra você fazer esse trabalho é suficiente, não é. Nós temos dois núcleos, um aqui e outro no Salgado, e temos só um carro, e a gente tem que dividir, na parte da manhã atende a esse núcleo, na parte da tarde atende a o outro núcleo. Então fica... há coisas que a gente sente, mas que pra gente não é peso de

consciência, é por que as nossas condições não permitem de atender as residências. O pessoal prega muito fazer a coleta, nós pregamos a coleta seletiva em casa, mas aí a gente sabe que não pode atender no todo, não pode, não porque não queira, não pode por que não tem condições para fazer isso.” (Organização C).

“Acredito que os fatores que mais influenciam são da parte burocrática, deve-se abrir licitação, o dinheiro para ser investido ele tem que ter sido aprovado, devemos analisar tudo antes de tomar qualquer decisão, e isso talvez nos impossibilite de fazer mais coisas. Porém, já desenvolvemos boas políticas ambientais na cidade.” (Organização A).

Ainda se tratando dos fatores internos, no que se refere a fatores internos, o estudo de Alperstedt, Quintella e Souza (2010) apresenta a disponibilidade financeira como um atenuante, quanto maior a organização e maior a quantidade de recursos financeiros que ela tenha para investir, mais políticas ambientais e maior gestão ambiental vai ser adotada pela organização. O inverso também acontece, como é o que caso que pode ser observado neste trabalho, as organizações veem-se limitadas por não terem uma maior disponibilidade financeira para investir neste ponto.

Em relação aos fatores externos, o estudo de Alperstedt, Quintella e Souza (2010) apontam que, a partir da comparação entre as empresas de diferentes tamanhos e os fatores externos percebidos como determinantes das estratégias de gestão ambiental, pode-se verificar que a exigência da sociedade (clientes), as regulamentações do governo, a adequação aos padrões normativos e a concorrência aparecem como os fatores externos mais citados. Neste trabalho as organizações não apresentam respostas divergentes ao estudo apresentado.

“Existe uma série de regulamentações, existem as ONG’s, as empresas, existe um pensamento, uma necessidade de que hajam mais políticas voltadas à questão da sustentabilidade, do verde, todos esses fatores influenciam para que nós adotemos um papel de destaque nesse aspecto, afinal, nós representamos o povo, ou pelo menos a sua maioria, então trabalhamos com a finalidade de favorecer o bem estar das pessoas e incluir políticas ambientais não é só um dever nosso, mas uma obrigação.” (Organização A).

“É porque existe uma tendência, assim, né? Dessa mobilização pelo lado social e ambiental, e acho que qualquer empresa que vai crescendo mais, é... quer fazer alguma coisa pra melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, dos clientes, e a gente busca isso, falta muita coisa mas a gente tem esse objetivo de ser uma

empresa que demonstra preocupação com a sociedade e o meio ambiente.” (Organização B).

“Nossos colaboradores são associados, eles ganham pelo que eles coletam, eles catam o material reciclável e daí comercializa e eles ganham em cima do que eles coletam, do que eles conseguem coletar. (...) O problema é que não se tem uma boa divulgação e assim não conseguimos captar mais recursos, praticamente a divulgação é no boca a boca, e algumas matérias pontuais, assim, por exemplo a semana do meio ambiente, aí as redes de comunicação geralmente entram em contato conosco pra falar do trabalho, mais assim, ter uma mídia fixa? Não. Até porque o recurso é muito limitado, e você sabe, há... há um custo né pra se manter uma mídia. Mais é mais o boca a boca. Nós aqui temos toda uma estrutura de empresa, apenas somos de utilidade pública. A gente trabalha com a Ondunorte, que é a única empresa que faz esse tipo de reciclagem no nordeste. A mídia não nos ajuda, não temos apoio das políticas públicas, e temos ainda os atravessadores, que são nossos concorrentes diretos.” (Organização C).

CONCLUSÃO

Com base no exposto, pode-se concluir que cada organização apresenta um fator que acredita ser mais relevante, dependendo do setor em que se classifica. A organização A, representante do primeiro setor, aponta a parte processual como um dos maiores empecilhos na adoção de mais políticas públicas, apesar de mostrar-se mais envolvida com esse segmento, uma vez que tem como objetivo principal favorecer o bem estar social, e as políticas ambientais contribuem para isso.

A organização B, diferentemente, crê que o principal fator seja a nova tendência mercadológica, que pressiona para que haja uma mobilização por parte das organizações desse setor para o lado social e ambiental, sendo assim ela procura inserir-se nesse novo modelo, melhorando a qualidade de vida dos colaboradores e clientes, favorecendo seu nome no mercado e conquistando uma maior parcela de consumidores, para assim atingir seus objetivos.

Enquanto que a organização C, que representa o terceiro setor, aponta a falta de recursos financeiros como o principal empecilho, uma vez que organizações desse setor não objetivam o lucro, então demonstra uma capacidade reduzida de contribuir com políticas públicas, mas, assim mesmo, realiza suas atividades com o máximo empenho, dentro dos seus limites.

Recomenda-se, a partir deste trabalho, que novas pesquisas relacionadas à questão ambiental sejam realizadas, utilizando este estudo e outras metodologias como referência. No caso específico desta pesquisa, que foi descobrir fatores que influenciam na adoção de políticas ambientais em organizações dos três setores, e de cada setor uma organização foi escolhida, poderá ser aprofundado se novas investigações forem realizadas de maneira a abranger um maior número de organizações para, por exemplo, descobrir qual setor tem políticas ambientais mais eficientes.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. S. **Modelo de avaliação da estratégia ambiental: uma ferramenta para a tomada de decisão**. 2001. 218 p. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ALPERSTEDT, Graziela D.; QUINTELLA, Rogério H.; SOUZA, Luiz Ricardo. Estratégias de Gestão Ambiental e seus Fatores Determinantes: Uma Análise Institucional. **Revista de Administração Eletrônica (RAE)**, São Paulo, v.50, n. 2, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Edições MMA, 2004.

BUCHHOLZ, Rogene. **Business environment and public policy: implications for management and strategy formulation**. New Jersey: Prentice Hall, 1989.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIGATO, Rosemay B.; RIBEIRO, Luiz C. M. Política Ambiental e Responsabilidade Social Empresarial da CVRD. **Revista Ágora**, Vitória, n.4, 2006.

ISO. International Organization for Standardization. **NBR ISO 14.001: Sistemas de gestão ambiental – Especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/canales3/ger/gesamb.htm>>. Acesso em 11 de Maio de 2011.

LITTLE, Paul Elliott. **Políticas Ambientais no Brasil: Análises, Instrumentos e Experiências**. São Paulo: IEB, 2003.

LUSTOSA, Maria C.; CÁNEPA, Eugênio M.; YOUNG, Carlos E. F. **Política Ambiental**. IN: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.) **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. São Paulo: ED. Campus, 2003.

NARDELLI, Aurea Maria Brandi. **Questão Ambiental: Riscos e Oportunidades às Organizações**. II Curso de Introdução ao Sistema de Gerenciamento Ambiental. Viçosa, 1999.

NBR. **Introdução à ABNT NBR ISO 14001:2015**. Associação Brasileira de Normas e Técnicas. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001?download=396:introducao-a-abnt-nbr-isso-10014-2015>>

NILSSON, W. R. **Services instead of products: experiences from energy markets - examples from Sweden**. In: MEYER-KRAHMER, F. (Ed.). *Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies*. Heidelberg: Physica-Verlag, 1998.

PUTMAN, Linda; FAIRHURST, Gail. **Discourse analysis in organizations: issues and concerns**. In: JABLIN, F. M.; PUTNAM, L. (Ed.). *The new handbook of organizational communication: advances in theory, research and methods*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

RISCAROLLI, Valéria, e outros. **Particularidades da Análise Ambiental para o Terceiro Setor: o caso das Universidades Comunitárias**. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/valeria/11.pdf>. Acesso em: 06 de Abril de 2011.

SALIH, Thamir M. **Sustainable economic development and the environment** *International Journal of Social Economics*. Bradford: 2003. Vol. 30, Iss. 1/2; p. 153.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo; Mcgraw-hill, 2006.

SANCHES, Carmen Silva. **Gestão Ambiental Proativa**. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 82; Jan./Mar. 2000.

SOUZA, Renato Santos. **Evolução e Condicionantes da Gestão Ambiental nas Empresas**. *Revista Eletrônica de Administração (READ)*. 30 ed., Vol. 8, n. 6, nov-dez de 2002.

VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro setor: planejamento e gestão**. Editora Senac: São Paulo, 2003.